

GAZETA D'ESPINHO

PUBLICAÇÃO SEMANAL

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
RUA DO PASSEIO ALEGRE, 19
ESPINHO

EDITOR
José João Ferreira

TYPOGRAPHIA PENINSULAR
26, RUA DE S. CHRISPIM, 26
PORTO

Crise politica...

Crise de moralidade!

A crise politica, apparentemente resolvida com a sahida do illustre ministro da justiça sr. conselheiro José Maria d'Alpoim, permanece ainda latente, e mal avisados iriamos se não prophetisássemos a sequencia d'acontecimentos tornando indecisa e periclitante a situação do governo.

E' forçoso concluir da illação logica dos factos que o lance difficil, ora atravessado pelo gabinete, tem mais que uma significati-va exterioridade de divergencia politica; é um synthoma de mais profundo alcance. E' quicá uma crise de moralidade esta, que ha-de protelar-se até a definitiva solução do grande problema que motivou a questão dos tabacos.

Quem serenamente, livre de preocupações partidarias, sem vesanias de qualquer especie, son- dar, nos seus principios, os suc- cessos politicos dos ultimos dias, ha-de breve chegar ao convencimen- to de que são melindrosas em extremo as circumstancias actuaes da politica do paiz.

A questão dos tabacos, minu- ciosa e proficientemente tractada na imprensa, avigou no espirito publico a inhabilavel ideia de que se tracta d'assumpto vital, inter- essando profundamente a econo- mia e o brio nacional d'um povo livre.

Um relance de vista, fugida- mente lançado sobre a momentosa questão, deixa em aberto muitos pontos obscuros, manifestos signaes de incoherencia governa- tiva, ficando margem ampla a acres commentarios e malevolas impres- sões, não consentaneas com a di- gnidade dos poderes constituídos.

O sr. Hintze Ribeiro abdica do seu alto cargo de dirigente, quando, ao apresentar ao parla- mento um novo contracto *ad re- ferendum*, surgiu pela mão ladi- na do leader da minoria, na ca- mara dos deputados, uma propos- ta nova (da companhia dos phos- phoros) consignando, á evidencia, maiores vantagens. Foi esta, se- não a causa, o pretexto da queda do ministerio Hintze Ribeiro. Logo se apregou que o negocio dos tabacos seria resolvido pelos pro- gressistas, em harmonia com as doutrinas proclamadas na opposi- ção, abrindo-se concurso franco para o exclusivo e separando-se inteiramente esta operação da con- versão, que intuitivamente, ante a perspectiva dos lucros, estava por demais garantida.

Surgem as primeiras negocia- ções. O celeberrimo concurso cifra- se na mystificação de propostas, em conciliabulo de ministros...

O contracto não podera, por conveniencia de interesses (evi- dentemente os nacionaes ser ce- lebrado, scindindo as duas opera- ções—exclusivo e conversão.

Além de tudo, esse contracto apparecia ignominiosamente vexa- torio.

Importava a adjudicação em peiores condições, em relatividade da primitiva proposta dos phos- phoros; enfeudava, insidiosamen- te, por administração, a largo pra- so, a exploração do negocio; en- volvia clausulas attentorias da di- gnidade nacional. Era—confessê- mo-lo, sem reboço—um repellente exordio d'intervenção extran- geira, com a aggravante de mal servir os interesses do thesouro.

Ainda bem que a commissão de Fazenda da camara dos depu- tados, após um rapido exame, cêdo se convenceu que seria im- possível endireitar a sombra d'aquella arvore torta. Por mais va- riantes de luz e condições de in- cidencia que tentassem dar-lhe, desenhava-se sempre nodosa, im- perfeita, a imagem tremenda da aleijada vergonteia.

Era preciso pôr tudo a são, á luz da nitida realidade das coi- sas.

Então a commissão de fazen- da, perdida as tentativas de ope- rar um milagre por mais voltas que soffresse o rebento, opinou pelo salutar radicalismo dos bons principios. E assim resolveu por maioria destruir todo o trabalho do governo, pronunciando-se por que se abrisse concurso para o exclu- sivo, effectuando-se depois d'isto, á parte, a conversão. Eis singela- mente, simplesmente, resolvido em duas linhas rectas o intricado problema!

Resolvido?! Não que o governo antepondo-se a um parlamento de sua confiança, usando e abu- sando das prerogativas constitu- cionaes, não consentiu que os dictames da boa razão prevale- cessem sobre a sua obra!

Ao mesmo passo que se man- da annunciar pelas estações officiaes que o contracto fica, é alijado á força o unico ministro que soube cumprir o seu dever!

Ninguém, de boa fé e animo despreheendido, por esse paiz fóra, será capaz de explicar o absurdo d'esta solução.

Quando, mathematicamente posta, a hypothese deriva para o absurdo, somos levados a duvi- dar da realidade do calculo; e re- vertendo ao inicio do problema, demanda-se um caminho mais logico e reflectido. A crise não passou: está ainda, realmente aberta.

O governo addiu as cortes para agosto. Para quê? Evidentemente por fraqueza: arreceiou-se d'ata- ques violentos e de votações par- lamentares que lhe comprometes- sem a existencia, á tela da discus- são a crise e a sua determinante —o contracto dos tabacos. Entre- tanto caduca o praso do contracto provisorio; á questão continuará a debater-se, com mais violencia decerto, nos jornaes opposicionis- tas.

Terá o governo força para novo golpe—a dissolução e alento para as negociações d'outro con- tracto do mesmo jaez?

A não se valer da estrategia da dissolução, o governo, prote- lando até agosto o *statu quo*, con- tinuará sob a influencia da crise que ainda dura!

Serão dissolvidas as camaras entrando-se n'um periodo de ter- ror e de represalias eleitoraes á cabralina? Falta-nos vêr issol. Resta saber se a corôa não terá sériamente meditado nas tristes consequências d'este acto de in- constitucional favoritismo!

Seja como fór, emquanto o ne- gocio dos tabacos estiver irreso- luto, a situação do governo man- tem-se em criticas e precarias cir- cumstancias da vida.

Demonstrado como ficou que o governo insiste em manter o con- tracto negociado, difficil lhe será sustentar-se ante essa medida an- ti-popular, irridenta e anti-patrio- tica.

A solução da crise actual de-

vêr ser apenas uma: voltar-se ao terreno firme dos principios d'accordo com o parecer da com- missão de Fazenda. Assim a crise desapareceria, quasi como se não tivesse existido, volvida uma esponja sobre esse vilipendioso interregno de negociações de con- versão e exclusivo por tanto tem- po lembradas.

Subsiste ainda, se não a inte- gridade do gabinete, a crise poli- tica, a crise de moralidade.

Conselheiro

José Maria d'Alpoim

Na politica portugueza e den- tro do velho e historico partido progressista, que tão fundas rai- zes creou na alma liberal do paiz, levanta-se hoje, fulgurante e illu- minada, a figura d'um grande ho- mem; esse homem, que sempre e em toda a parte—no jornalismo, onde é dos espiritos mais eminen- tes; no parlamento, onde o fogo da sua eloquencia arrebatava e con- vence e fascina; nos conselhos da corôa onde conquistou a justifica- da sympathia e admiração de que gosa em todo o paiz;—esse ho- mem, tão alto collocado hoje, mer- cê do acto de mais absoluto civis- mo e desinteresse de que ha me- moria em politica partidaria, cria á roda de si uma ardencia de en- thusiasmo, um proselytismo de convicções até agora indecisas, uma confiança a que não estava- mos habituados, só porque se cin- giu á voz da sua consciencia e, collocando-se ao lado do paiz. n'uma questão gravissima, que affectava a integridade do nosso brio, despiu vaidades e interesses que por ventura lhe dariam com- modamente, fartamente, amplamen- te uma existencia folgada e rega- lada na sua cadeira de ministro.

O facto, d'uma significação tão característica, dispensa por si só qualquer commentario. Elle só ba- sta integro e uno, para confirmar, mais uma vez, a confiança que o paiz sempre depositou no Sr. Con. J. Maria d'Alpoim, ex-ministro da justiça, um lealissimo correligio- nario sempre, um devotado pro- pugnador das ideias e dos ideaes do seu partido, que elle ama com desinteressado carinho, porque n'el- le entrou desde muito novo, n'elle terçou as primeiras armas de com- batente, n'elle consumiu o melhor tempo da sua vida, toda a sua fé e todo o seu enthusiasmo.

E' ainda dentro d'essas ideias e d'esses ideaes que o Conselheiro José Maria de Alpoim levanta o es- tandarte do seu partido, immacu- lado nas suas mãos, não para tes- temunhar um acto de rebellião, mas para o apresentar honrado e digno aos olhos d'este pobre Por- tugal tão ludibriado sempre nos seus brios e nos seus interesses mais sagrados.

Este é o homem impollito, que n'este logar, n'este mesmo jo- rnal que sempre acompanhou o par- tido progressista com a sua mais vehemente sympathia, nós saudá- mos com a intensidade mais affectiva do nosso coração de portuguezes; e se não bastasse ap- plaudi-lo por esta forma, poderia- mos invocar ainda a nossa qualida- de de velhos e desinteressados ami- gos do Conselheiro Alpoim, que sempre nos encontrou ao seu lado em todos os actos da sua vida pu- blica.

Saudando-o, pois, nós bradamos: **Viva o Conselheiro José Ma- ria d'Alpoim!**

Boletim elegante

Regressou a esta praia o nos- so querido camarada de redacção e distincto clinico sr. dr. Joaquim Pinto Coelho.

—Deve retirar hoje para a ca- pital o sr. conselheiro Correia Leal, integerrimo Juiz do Supre- mo tribunal de justiça.

—Partiu hontem para Aveiro a menina Noemia Mourão, galan- te filha do nosso presado amigo sr. José Fernandes Mourão, an- tigo administrador d'Espinho.

—Em passeio esteve em Vian- na, Braga e outras localidades do Minho, d'onde regressou, o nosso sympathico e valioso amigo sr. Alexandre Pinto Alves Brandão, que, com sua esposa, para ali ha- via ido de automovel no passado domingo.

Realisou-se effectivamente na 4.ª feira no Bom Jesus do Monte o consorcio do nosso bom amigo sr. dr. Paulino Pinto Coelho, aba- lisado advogado na Povia de Var- zim, com a sr.ª D. Julia Augus- ta da Veiga Leite.

Serviram de testemunhas, por parte da noiva, o sr. dr. Lemos Peixoto, illustre deputado pelo Porto, e sua esposa, e por parte do noivo, seu irmão e cunhada, o nosso querido amigo e collega dr. Joaquim Pinto Coelho e sua espo- sa, a sr.ª D. Maria de Paiva Pin- to Coelho.

—A' sua casa d'este concelho chegou na segunda feira a sr.ª Viscondessa de Veiros.

—Visitou-nos o nosso velho amigo e distincto collega da *De- fesa*, de Villa Nova de Gaya (Can- dal) sr. Americo Ferreira d'Al- meida.

—Com curta demora esteve em Espinho na 4.ª feira o sr. Fran- cisco Fernandes Coelho d'Amorim de Mouzellos.

—Encontra-se n'esta praia o sr. dr. José Maria Alves Ferrei- ra, illustre tenente-medico d'ar- tilheria.

—Acha-se gravemente enfer- ma na Povia de Varzim a mãe do nosso particular amigo sr. Carlos Evaristo.

Lei de responsabi- lidade ministe- rial

Proposta de lei apresentada á ca- mara dos senhores deputados, pelo sr. ministro da justiça.

(Conclusão)

Quer diz r, para o ministro responder criminalmente não ba- sta que haja a participação de qualquer pessoa, é indispensavel que se proceda ao respectivo pro- cesso preparatorio e que haja a pre- via pronuncia lançada pela refe- rida commissão instructora. Se assim não fôsse, o ministro de estado teria menos garantias do que outro qualquer individuo; o que não deve ser.

Depois da pronuncia ha o pro- cesso accusatorio e julgamento; e para então estatue a proposta que além da accusação voluntaria da parte offendida, a qual é de direito divino e humano, haja a accusa- ção obrigatoria do ministerio pu- blico, que é sempre o represen- tante do Estado perante os tribu- nales criminaes na punição dos delictos. A acção publica é n'este caso desempenhada pelo procura- dor geral da Corôa e Fazenda, que é o mais alto representante d'aquella instituição.

Nem o participante nem outra qualquer pessoa podem accusar, para não se converter o direito de accusação em instrumento de perseguição politica e de politica odiosa. Nem da subordinação hie- rarchica do ministerio publico ao governo ha que receiar, porque acima de todos está a lei, que or- dena a accusação dos ministros pelo ministerio publico em con- formidade da pronuncia lançada pela commissão instructora. O mi- nisterio publico não pode assim enleiar-se em quaesquer hesita- ções, nem desvairar-se na opção do caminho a trilhar, pois só tem um dever a cumprir.

Senhores. Termino este relato- rio, requerendo justiça para os meus propositos rectos e para a minha boa vontade devotada ao bem publico. E faço mais uma vez sinceros votos por que, dedicando a vossa attenção a este melindro- so e importante assumpto, e me- lhorando a proposta que tenho a honra de vos apresentar, façaes uma boa lei de responsabilidade ministerial. Bem merecereis assim do paiz, da liberdade e da justiça.

Proposta de lei

CAPITULO I

Disposições geraes sobre a responsabilidade dos minis- tros de estado

Artigo 1.º Os ministros de es- tado são individualmente respon- sáveis pelos actos do poder execu- tivo e do poder moderador que as- signaram ou referendaram, e pelas omissões voluntarias de actos que deviam ser praticados pelos minis- tros em observancia da lei.

Art. 2.º Os ministros são soli- dariamente responsaveis:

1.º Emquanto aos actos ou omis- sões que approvaram em conselho;

2.º Relativamente aos actos ou omissões contra que votaram no conselho, se não se exoneraram logo que as omissões se deram ou aquelles actos foram postos em exe- cução;

3.º A respeito de omissões ou actos de qualquer ministro, não deliberados em conselho desde que elles, tendo cabal conhecimento dos ditos actos e omissões, não fizeram annular ou emendar aquelles, nem reparar estas, ou não se exonerar- am.

Art. 3.º Os ministros são tam- bem responsaveis por actos ou omissões voluntarias de funcção- narios seus subordinados, se, ten- do cabal conhecimento d'aquelles e d'estas, deixarem subsistir os actos e não tomarem a respeito das omissões as devidas providen- cias.

Art. 4.º A responsabilidade dos ministros é politica, criminal e civil.

§ 1.º A responsabilidade politi- ca verifica-se por meio de moções de censura ou desconfiança vota- das no parlamento.

§ 2.º Torna-se effectiva a res- ponsabilidade criminal pela imposi- ção das penas correspondentes

aos respectivos delictos, nos termos prescriptos n'esta lei.

§ 3.º A responsabilidade civil regula-se pelas disposições do código civil; pôde ser exigida independentemente de outra qualquer responsabilidade; e será julgada pelas justicas ordinarias.

Art. 5.º Os ministros só incorrerão em responsabilidade criminal, por delictos commettidos no exercicio das suas funções, nos casos fixados no artigo 103.º da carta constitucional, como elles são especificados n'esta lei, em observancia do artigo 104.º da mesma carta.

§ 1.º A accusação criminal dos ministros não poderá ser decretada quando a pena applicavel ao caso não for alguma das mencionadas nos artigos 55.º e 57.º do código penal.

§ 2.º Nos casos comprehendidos n'esta lei, para os quaes não houver pena estabelecida n'ella ou no código penal, será applicavel a pena que parecer mais appropriada na ordem da gravidade das penas, observando-se sempre o que fica disposto no § 1.º d'este artigo.

Art. 6.º Quando a lei impuzer a pena de demissão do cargo, será ella substituida pela suspensão temporaria dos direitos politicos.

Art. 7.º A responsabilidade criminal dos ministros prescreve passados dois annos, contados desde a sua exoneração ou demissão, ou desde a pratica do ultimo acto judicial do processo.

Art. 8.º A responsabilidade civil dos ministros transmite-se aos seus herdeiros e representantes, e prescreve nos termos do código civil.

CAPITULO II

Dos crimes commettidos pelos ministros no exercicio das suas funções

Art. 9.º Os ministros de estado são responsaveis:

- 1.º Por traição;
- 2.º Por peita, suborno ou concussão;
- 3.º Por abuso de poder;
- 4.º Por falta de observancia das leis;
- 5.º Pelo que obrarem contra a liberdade, segurança ou propriedade dos cidadãos;
- 6.º Por qualquer dissipação dos bens publicos.

Art. 10.º E' crime de traição qualquer dos actos que a lei qualifica de criminosos contra a segurança exterior ou interior do estado, ou contra os interesses do mesmo estado em relação a nações estrangeiras; e será punido com as respectivas penas estabelecidas na mesma lei.

§ unico São egualmente réos de traição, ficando sujeitos á pena do artigo 170.º do código penal:

1.º Os ministros que decretarem a reforma da constituição sem o concurso do parlamento, ou que sem motivo justificado ou por mais tempo do que o necessario, suspenderem a mesma constituição no todo ou em parte, fora dos casos previstos no § 34.º do artigo 145.º da carta constitucional;

2.º Os ministros que praticarem machinações ou tiverem intelligencias com algum contra a independencia da nação ou integridade do seu territorio;

3.º Os ministros que cederem ou tentarem ceder a uma potencia estrangeira alguma parte da soberania ou do poder politico em territorio portuguez.

Art. 11.º Os crimes de peita, suborno e concussão abrangem os que no código penal tem estas designações e os de peculato e corrupção, e serão punidos com as respectivas penas ahí estabelecidas para elles.

Art. 12.º O abuso do poder comprehende os crimes que o código penal qualifica de abusos de auctoridade, excesso de poder e illegal prolongamento de funções publicas, e será punido com as respectivas penas estatuidas no mesmo código para os ditos crimes.

§ unico. Incorrerão na respectiva penalidade do artigo 301.º do código penal os ministros que, fora dos casos previstos na constituição, promulgarem decretos,

regulamentos e instrucções, com usurpação de funções legislativas, ou com excesso da respectiva auctorisação legal.

Art. 13.º Os ministros são responsaveis pela falta de observancia da lei quando a não cumpram, ou ordenarem que não seja cumprida, ou impedirem que o seja, e quando a não façam observar pelos seus subordinados, tendo cabal conhecimento da omissão d'estes.

§ 1.º Se a falta de observancia da lei consistir na transgressão de uma lei penal em negocio do cargo do ministro, as penas applicaveis serão as que estiverem comminadas na mesma lei.

§ 2.º Se a observancia da lei importar prevaricação, será esta punida com a pena estabelecida na lei para este crime, se não lhe corresponder outra mais grave.

§ 3.º Não é punivel a inobservancia dos decretos, regulamentos e instrucções, a que se refere o § unico do artigo 12.º d'esta lei, nem a inobservancia de qualquer lei ou decretos contrarios á constituição.

Art. 14.º Pelo que praticarem contra a liberdade, segurança e propriedade dos cidadãos os ministros são responsaveis:

1.º Se, não estando suspensas as garantias estabelecidas no artigo 145.º da carta constitucional, as offenderem na pessoa ou na propriedade de um ou mais cidadãos.

2.º Se, estando suspensas as garantias, forem excedidos os limites da necessidade.

§ unico. Nos casos em que para os crimes contra a liberdade, segurança e propriedade dos cidadãos, estiverem estabelecidas penas na lei, serão estas applicadas aos ministros.

Art. 15.º Os ministros são responsaveis por dissipação dos bens publicos:

- 1.º Quando ordenarem despesas não auctorizadas legalmente, ou maiores do que as auctorizadas, ou sem se observarem as formalidades prescriptas nas leis;
- 2.º Quando sem auctorisação legal ou com inobservancia dos preceitos legais, com falta de concurso publico ou hasta publica segundo as circumstancias, celebrarem contractos ou fazerem concessões de que provenha offensa dos interesses nacionaes;
- 3.º Quando por falta de vigilancia, compativel com os deveres dos seus cargos, dispenderem ou deixarem dispendir mais do que era necessario para se conseguir o fim da lei, que auctorizou despesa; desemmcaminharem ou deixarem que se percam bens, valores ou rendimentos do estado, ou sejam desviados do seu destino legal; e favorecerem fraudes dos devedores do estado ou não obstarem aos prejuizos que d'ellas possam dimanar.

§ unico. Nos casos d'este artigo serão applicadas as penas dos crimes de furto, roubo, burla, abuso de confiança e damno, que mais appropriadas forem, attendendo-se ao valor do prejuizo causado.

CAPITULO III

Da competencia do tribunal julgador, processo preparatorio, accusação e julgamento

Art. 16.º Os ministros serão processados perante um Tribunal especial de julgamento dos ministros de estado.

§ 1.º Este tribunal especial é composto de treze membros, que são o presidente e dois juizes mais antigos do Supremo Tribunal de Justiça em exercicio, os dois juizes mais antigos da Relação de Lisboa em exercicio, os dois juizes mais antigos da Relação do Porto em exercicio, o presidente do Supremo Tribunal Administrativo, o presidente do Tribunal de Contas, o presidente do Supremo Conselho de Justiça Militar, o conselheiro de estado mais antigo, o presidente da camara dos pares do reino e o presidente da camara dos deputados.

§ 2.º Se algum membro do Tribunal especial exercer mais

de uma das funções, que dão ingresso n'este, prevalecerá a função respectiva segundo a ordem da indicação d'ellas no § 1.º d'este artigo, considerando-se como pedido relativamente ás outras funções.

§ 3.º Uma comissão de cinco membros do mesmo Tribunal especial, composta do presidente e mais juizes do Supremo Tribunal de Justiça, do presidente do Supremo Tribunal Administrativo e do presidente do Tribunal de Contas, terá tambem a seu cargo a formação do processo preparatorio.

§ 4.º O Tribunal especial e a comissão instructora do processo preparatorio serão presididos pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, servindo-lhes de secretario o director geral d'este supremo tribunal.

§ 5.º O mesmo Tribunal especial e comissão tem toda a auctoridade, jurisdicção e fé publica dos tribunaes de justiça.

Art. 17.º Tanto o Tribunal especial como a comissão instructora poderão funcionar com a maioria dos seus membros, mas as suas decisões sómente serão validas quando proferidas por sete votos conformes d'aquelle Tribunal e por trez votos conformes d'esta comissão.

Art. 18.º As pessoas directa e immediatamente offendidas, e a qualquer cidadão portuguez no gozo dos seus direitos civis e politicos, é permitido participar qualquer facto criminoso dos ministros ao presidente do Tribunal especial, sendo as assignaturas dos participantes reconhecidas por notario, e podendo os mesmos participantes reconhecidos por notario, juntar ás participações roes de testemunhas e documentos.

Art. 19.º Recebidas as participações, reunir-se-ha com a possivel brevidade a comissão para tratar do processo preparatorio, remetendo logo uma cópia autentica das participações, documentos e roes de testemunhas ao ministro arguido, que no prazo de quinze dias allegará o que se lhe offerecer.

Art. 20.º Para a formação do processo preparatorio a comissão procederá officiosamente, ou a requerimento do ministro arguido ou das pessoas offendidas, a todos os actos e diligencias indispensaveis para a averiguação do facto e da sua imputação, requisitando do governo ou de quaesquer auctoridades o que para isso for necessario.

Art. 21.º Ultimadas as diligencias e completo assim o processo preparatorio, a comissão proferirá n'elle um accordão fundamentado, em que conclua ou pela não existencia do crime, ou pela accusação do ministro, se ao seu delicto corresponder alguma das penas mencionadas nos artigos 55.º e 57.º do código penal, ou pela declaração de que, embora esteja constatado algum determinado delicto não ha logar á accusação do ministro, por não corresponder ao mesmo delicto nenhuma d'aquellas penas.

Art. 22.º O accordão, que concluir pela accusação, será equivalente a pronuncia, e terá os seguintes effeitos:

- 1.º A suspensão do exercicio de quaesquer funções publicas e com inhabilidade para ellas, até final sentença;
- 2.º A obrigação de responder perante o Tribunal especial de julgamento dos ministros do estado;
- 3.º A prisão preventiva do accusado, se o crime não admitir fiança nos termos da lei geral do processo.

§ 1.º Se o accusado fôr par do reino ou deputado, observar-se-ha ácerca da sua prisão o que está determinado no artigo 5.º da lei de 24 de julho de 1885.

§ 2.º Effectuarse-ha, porém, a prisão em todos os casos em que, segundo a lei geral, se reputa quebrada a fiança.

§ 3.º Ao ministro arguido será feita a intimação da pronuncia por qualquer dos outros ministros, e, se elle não fôr já ministro, essa intimação ser-lhe-ha feita pelo secretario do Tribunal especial.

Art. 23.º No processo de accusação e julgamento a acción publica será representada pelo procurador geral da corôa e fazenda, podendo accusar tambem as pessoas directa e immediatamente offendidas.

Art. 24.º O ministerio publico deduzirá o libello accusatorio, em harmonia com a pronuncia, no prazo de oito dias seguintes áquelle em que os autos lhe forem em vista, e dentro do mesmo prazo a parte offendida deduzirá tambem o seu libello, podendo aquelle e esta juntar documentos e roes de testemunhas.

Art. 25.º O ministro accusado apresentará a sua contestação tambem no prazo de oito dias seguintes áquelle em que lhe forem dadas cópias dos libellos e documentos e roes de testemunhas com elle juntas, podendo o mesmo accusado juntar com a sua contestação rol de testemunhas e documentos.

Art. 26.º Inqueridas as testemunhas, que tenham de o ser por meio de carta de inquirição, será designado dia para julgamento, sendo avisados todos os membros do Tribunal especial, e intimando-se o ministerio publico, a parte offendida, o accusado e as testemunhas que hajam de depôr oralmente.

Art. 27.º O accusado nomeará até tres defensores, aos quaes não se exigirá qualquer habilitação profissional e sómente a qualidade de cidadão portuguez.

Art. 28.º O julgamento será publico e verbal.

Art. 29.º Ao presidente do Tribunal especial e da comissão instructora do processo preparatorio cumpre ordenar os termos regulares e provêr ácerca do expediente do processo.

Art. 30.º Nos casos para que esta lei não providenciar, proceder-se-ha em harmonia com as disposições da lei geral do processo, que sejam applicaveis.

CAPITULO IV

Da responsabilidade dos ministros por crimes communs

Art. 31.º Os ministros de estado responderão perante os tribunaes criminaes ordinarios por quaesquer crimes communs.

Art. 32.º Fica revogada a legislação em contrario.

Secretaria d'Estado dos Negocios Ecclesiasticos e de Justiça. — 1 de maio de 1905.

José Maria d'Alpoim Cerqueira Borges Cabral.

NOTICIARIO

Arthur Montenegro

O novo ministro da justiça é uma das figuras mais brilhantes da politica portugueza, onde pelas suas qualidades de caracter e talento occupa um logar proeminente.

Não podendo, como era desejo nosso, fazer a biographia do novo ministro, limitamo-nos a transcrever d'um collega da capital as linhas que se seguem e que perfilhamos:

«O novo ministro desde os bancos escolares que accentua as linhas da sua personalidade.

A superior correcção do seu porte e do seu trato, espelho de uma familia de fidalgos *vieille roche*; a moderna orientação do seu espirito cuidadosamente cultivado no estudo intelligente das questões que se ventilam nas sociedades actuaes; a sua dicção elegante e sobria, explanando com precisão os assumptos, adduzindo com firmeza os argumentos em favor da these sustentada; de ha muito que lhe haviam marcado um logar proeminente nas fileiras do seu partido, em que, com inexcedivel lealdade e devotado civismo, combate desde que veio da Universidade.

O sr. dr. Arthur Montenegro não tem ainda a sobrecarregado

o peso dos annos; é um novo na idade; mas o seu espirito educado no estudo consciencioso dos problemas, tem as qualidades de reflexão e disciplina que a experiencia dos annos muitas vezes não dá.

Dizem os annaes parlamentares da fôrma como entra nos debates, sempre com um conhecimento profundo da questão, sempre com extrema cortezia, sempre tão meticoloso na fôrma dos seus discursos, como justo nas doutrinas que defende.

Character da mais fina tempera, tem em todos que o conhecem amigos e admiradores.

O sr. dr. Arthur Montenegro ha-de, certamente, honrar a sua cadeira de ministro e nós, de ha muito, seus devotados admiradores, d'aqui sinceramente o cumprimentamos.

D'uma carta que os senadores e deputados republicanos do reino visinho enviaram ao Presidente de ministerio Villa Verde, destacam-se os seguintes periodos que merecem ser editados pela acerba verdade que condensam:

Consta que prescindimos das nossas arreigadas convicções e do juizo que formamos sobre regimen monarchico; partimos d'elle tal qual é em principio e tal qual pode e deve ser na pratica. Existe a monarchia na Inglaterra, e um escriptor disse que os tres elementos d'aquelle governo se expressam assim por sua ordem de poder: «Nação, Parlamento, Rei; e accrescenta—nos outros paizes a serie está invertida, mas então é preciso introduzir um quarto elemento que a domina d'um modo; absoluto; este quarto factor chama-se—a revolução.

Vistoria ás obras da Igreja

Por vagas informações que ahí circulam, consta-nos que a comissão de peritos encarregada de emitir parecer sobre as obras da nova igreja, ácerca de pontos restrictos que lhe foram indicados, foi d'opinião favoravel ás susceptibilidades do architecto Sr. Arnaldo Redondo d'Adães Bermudes.

Não pudemos colher essa noticia exacta do resultado d'esse exame; contamos, porém, averiguar detalhadamente do facto, para que nos—não acuiem de parcialidade precipitação ou má fé, em esclarecimentos que houvermos de transmittir.

Vamos lá a mais este compasso d'espera a ver o que sae de tudo isto.

A vistoria a que alludimos realisonou-se na ultima segunda feira, como estava planeado.

A Companhia Real —vedações

A obra de vedação da linha ferrea ao sul da passagem de nivel da rua Bandeira Neiva foi iniciada esta semana e promete proseguir com grande actividade.

Ahi temos o projectado melhoramento, que muito deve lisongear a vaidade dos nossos mandões, pessoas gratas á Companhia Real e, pelo que se vê, muito da sua intimidade.

A «apparatos» vedação de esguias e negras travessas ostentando-se á imponente ao longo da Avenida Serpa Pinto. E passa tudo isto sem um protesto da municipalidade, um pedido lamuriante á Companhia para que não seja tão cruel!

E' profundamente desolador. Vamos andando, sempre em movimento regressivo, á imagem e semelhança dos nossos ricos patões! Sejam humanos, senhores, peçam ao menos um pouco de progresso «pé de boi»!

Telmola e arbitrariedade

Na ultima sessão camaria foram adjudicados em simulada hasta publica varios rendimentos camararios.

Foi, segundo informação que temos, pouco concorrida a praça. A Camara persiste na sua teimosia de não annunciar, ou antes de publicar os seus annuncios n'um periodico da Feira (vae de graça o reclamo!).

Dentro em breve chegará ao extremo de effectuar as arrematações n'aquella villa. Seria mais coerente.

Tudo isto fôra sobretudo de espantoso ridiculo, se não envolvesse calia arbitrariedade e tancha incomprehensão de dever.

Pelos interesses municipaes lesados, protestamos energicamente.

Lamentavel desastre

Na limitrophe freguezia de Silvalde, morreu na passada segunda feira uma mulher de nome Maria Rebeca, que andando no domingo em uma bouça fazendo a sua colheita de pinhas para o lume, foi victima de um touro que contra ella investiu furioso.

A pobre mulher gritou por socorro, mas não sendo ouvida por ninguém, foi derrubada pelo animal, ficando em lastimavel estado de que lhe resultou a morte. Uma sua filhinha, que proxima do lugar estava, foi quem participou o succedido aos vizinhos, que encontraram a pobre mulher prostrada, já quasi sem vida.

Jornal de Bordados

Recebemos o n.º 16 d'este periodico artistico consagrado ao desenho de riscos, letras ornamentadas, monogrammas e outros labores de senhoras.

O preço do «Jornal de Bordados» é apenas de 60 réis, e 12 numeros 700 réis.

Assigna-se e vende-se na livraria editora de Sousa Brito & C. travessa de D. Pedro, esquina da rua do Almada, Porto.

«A Revista»

Recebemos o n.º 10 do 2.º anno d'este brilhante mensario de sciencias e letras.

Obra de benemeritos!

A serie d'artigos que temos publicado subordinada a esta epigraphe tem de soffrer uma interrupção.

Aguardamos com anciedade, e confidentes na justiça que dimana das nossas apreciações, que se faça luz!

Anceiamos pela decisão da junta de parochia, que não deve ficar indifferente ante o tremendo libello aqui desenvolvido.

Incita-nos o dever civico de propugnar pelas regalias d'esta terra, zelando os seus interesses, cuidando por que se cumpra a lei e sejam punidos os que prevaricam. E' inadiavel um ensinamento moral.

Que não vá a gralha jactanciosamente ufanar-se com as penas do pavão!

Deus nos defenda de que se proclame o arbitrio em lei suprema. Se fica estatuido, como direito de propriedade, que os bens comuns são de quem primeiro se apanha, (primicapientis) rasguemos de vez os codigos e revertamos ao barbarismo primitivo!

Não!—não deve ser assim. Se o fôr e quando o fôr, vae subvertida a solidariedade social em que vivemos.

A junta de Parochia por certo não quererá tornar-se factora ou connivente de principios tão subversivos.

Ella ha de—confiamos—resalvar a sua dignidade, bem administrando os bens dos seus concidadãos, não deixando que elles sejam expoliados ou preteridos nos seus legitimos interesses, nos seus sagrados direitos.

E ao passo que tivermos de registrar o que fôr succedendo, iremos annotando as deliberações, em applauso ou reclamação, con-

soante manda a justiça da causa e a inalterabilidade de propositos como juramos tracta-la.

Estamos, pois, na expectativa benevola e no pleno convencimento de que não fique o assumpto protraído para as kalendas gregas.

Capitão Homem Christo.—«PRO PATRIA» E' posto á venda em poucos dias, em todas as livrarias do paiz, editados pela casa França Amado, de Coimbra, o livro «Pro Patria», do sr. capitão Homem Christo.

E' um livro eminentemente patriótico, eminentemente nacional, um livro educador por excellencia, sem o caracter futil de tantas das nossas publicações, onde o sr. Homem Christo, com o espirito de verdade e de desassombro que o caracteriza, e sem olhar ao prejuizo pessoal que das suas palavras lhe possa derivar, trata, com calor e profundeza, a grave questão do militarismo na Europa e em Portugal.

Aquelles que admiram no sr. Homem Christo o vigor da sua argumentação, a energia da sua palavra e da sua idéa, o calor das suas affirmações, que provém da sua sinceridade e da sua convicção profunda, encontrarão no livro «Pro Patria» essas qualidades em alto relevo.

O livro, que tem 500 paginas, termina com o recolhimento d'alguas das cartas que o sr. Homem Christo, sobre o ensino das primeiras letras no exercito, dirigiu as *Novidades*, cartas que o publico tanto apreciou, e com a publicação d'alguns documentos interessantes, e até agora desconhecidos, sobre o mesmo ensino.

MONUMENTOS Pinheiro Chagas

A colonia portugueza no Pará, sempre patriótica e benemerita, acaba de concorrer de maneira notavel para a subscrição destinada ao monumento a Pinheiro Chagas.

Esses bons resultados devem-se, em grande parte, ao nosso denodado compatriota sr. Joaquim Victorino de Oliveira, que se não poupou a esforços e dedicações, e a toda a directoria da Real Sociedade Beneficente Portugueza, do Pará, onde se conserva, sempre vivo e inabalavel, o amor da patria distante.

Ao que consta, uma outra sociedade portugueza do Brazil abriu, tambem com igual fim, uma subscrição, que parece estar já em cem libras, o que é devêras animador.

A redacção da Mala da Europa roga a todas as pessoas ou collectividades, que tenham aberto subscrições, o obsequio de remetterem os resultados dos seus trabalhos, com a maior brevidade, a fim de ficarem concluidos, sem perda de tempo, os trabalhos preparatorios para o monumento, do qual se acha encarregado o glorioso escultor portuguez sr. Costa Motta.

Segue a

Subscrição

Promovida pela Directoria da Real Sociedade Portugueza Beneficente, do Pará, a favor do monumento que por iniciativa da «Mala da Europa» se projecta erigir em Lisboa á memoria saudosa de Manuel Pinheiro Chagas, o cidadão exemplar, o orador eloquente, o escriptor fecundo e insigne, que foi uma das mais rutilas glorias da moderna litteratura de Portugal.

Joaquim Victorino de Oliveira . . . 105\$000
Manuel Augusto Marques . . . 100\$000
Florianio Bernardo de Brito . . . 100\$000
J. A. de Amorim . . . 100\$000
Placido Filipe Ribeiro . . . 50\$000
Carvalho Leite & C.ª . . . 50\$000
Cunha Cerqueira & C.ª . . . 50\$000

HORARIO DOS COMBOIOS

DE ESPINHO AO PORTO					DO PORTO A ESPINHO				
HORAS					HORAS				
ESPINHO	CAMPANHã	S. BENTO			S. BENTO	CAMPANHã	ESPINHO		
4,49	5,47	(d)	Tramway		4,38	5	5,36	Omnibus	
5,34	6,30	6,39	Tramway (a-c)		5,41	5,50	6,44	Tramway	
6,23	7,17	7,23	Correio		7,4	7,15	8,15	Tramway (a-c)	
7	7,56	8,7	Tramway		8,21	8,30	9,24	Tramway	
8,11	9,8	9,17	Tramway (b-c)		10,7	10,17	11,16	Tramway (b-c)	
9,40	10,39	10,48	Tramway		10,59	11,20	12,14	Mysto	
10,20	11,29	11,35	Mixto		11,54	12,4	12,58	Tramway	
11,50	12,50	1,2	Tramway (a-c)						
1,25	2,23	2,32	Tramway		1,50	2,25	3,19	Mysto	
2,50	3,47	3,56	Tramway (b-c)		3,16	3,25	4,17	Tramway	
4,33	5,30	5,39	Tramway		4,19	4,30	5	Expresso	
6,30	7,43	7,59	Tramway (a)		4,41	4,50	5,55	Tramway (b-c)	
7,56	8,53	9,2	Tramway (b-c)		6,16	6,25	7,21	Tramway (a)	
8,40	9,37	9,47	Tramway		7,11	7,20	8,15	Tramway (c)	
9,44	10,20	10,26	Expresso		8,5	8,25	9,3	Correio	
10,52	12,8	12,14	Mixto		9,28	9,37	10,33	Tramway	
11,40	12,36	12,46	Tramway		12,34	12,45	1,43	Tramway (b-c)	

(a) Estes comboios com 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, fazem serviço de passageiros entre Porto e Aveiro e vice-versa.

(b) Estes comboios com 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, fazem serviço de passageiros entre Porto e Ovar e vice-versa.

(c) Estes comboios fazem serviço de bagagens, recovagagens e bicyclos.

(d) Estes comboios com 2.ª e 3.ª classe só se effectua ás segundas-feiras, fazendo serviço entre Esmoriz e Campanhã.

Não vae a S. Bento.

Augusto José da Motta Nogueira . . .	50\$000	Albano Martins . . .	5\$000
Laurenço de Mattos Borges . . .	50\$000	Réis francos . . .	1.300\$000
Rodrigues Vidal & C.ª . . .	50\$000	Ao cambio de 325 . . .	400\$000
Antonio da Silva Cunha . . .	50\$000	Transporte—Importan-	
José Augusto da Rocha . . .	20\$000	cias já publicadas . . .	3.234\$140
João Belchior de Araujo . . .	20\$000		3.634\$140
Raphael Fernandes Gomes . . .	20\$000		0
Manuel José de Pinho . . .	20\$000		
A. J. Pinho . . .	20\$000		
José H. Ferreira Vidigal . . .	20\$000		
A. J. de Souza Pereira . . .	20\$000		
Balthazar Moreira Bes-sa . . .	20\$000		
Antonio B. Cardoso Guimarães . . .	20\$000		
Antonio Alves de Faria . . .	20\$000		
Herculano de Carvalho . . .	10\$000		
Antonio Joaquim N. Car-rapato . . .	10\$000		
Antonio dos Santos Moreira & C.ª . . .	10\$000		
Victorino S. Martins . . .	10\$000		
J. Rodrigues de Oliveira . . .	10\$000		
Francisco Carneiro . . .	10\$000		
Leal . . .	10\$000		
Joaquim Netto . . .	10\$000		
Tavares Barbosa & C.ª . . .	10\$000		
J. S. de Freitas & C.ª . . .	10\$000		
Joaquim F. Gomes . . .	10\$000		
Alfredo Lopes Corrêa . . .	10\$000		
Antonio Nicolau . . .	10\$000		
José Fernandes Antunes . . .	10\$000		
Joaquim A. Lopes Martins . . .	10\$000		
Manuel Caniceiro da Costa . . .	10\$000		
Eugenio Gonçalves de Catharina . . .	10\$000		
Eduardo Augusto Figueira . . .	10\$000		
Amandio Pires . . .	10\$000		
Joaquim Jacintho Felix . . .	10\$000		
José Nicolau . . .	10\$000		
M. de Castro . . .	10\$000		
José R. Oliveira . . .	10\$000		
M. D. Peixoto . . .	5\$000		
Antonio da Silva Manta . . .	5\$000		
Francisco Souza Meirelles . . .	5\$000		
João Netto de Pinho . . .	5\$000		
Martins Carneiro & C.ª . . .	5\$000		
Gomes & Vidal . . .	5\$000		
Lopes & Carvalho . . .	5\$000		
João Torres C. de Almeida . . .	5\$000		
Joaquim Pereira Monteiro . . .	5\$000		
Pereira & Fernandes . . .	5\$000		
João Jorge Coimbra . . .	5\$000		
José Netto da Costa Leal . . .	5\$000		
Carlos Fernandes & C.ª . . .	5\$000		
Sosé Fernandes de Andrade . . .	5\$000		
Abilio Augusto Teixeira . . .	5\$000		
M. A. Pereira . . .	5\$000		
Vicente Ferreira A. e . . .	5\$000		
Silva . . .	5\$000		
Jeronymo Bento Corera de Souza . . .	5\$000		
João Antonio da Rocha . . .	5\$000		
S. F. Penna . . .	5\$000		
Henrique A. Pereira . . .	5\$000		
Angelo G. Cardoso . . .	5\$000		
Bernardo José da Cunha Gonçalves . . .	5\$000		
Manuel José da Cruz . . .	5\$000		

ções do § 1.º do art.º 4.º dos Estatutos, durante a gerencia como socios effectivos . . .

	5
	286
Foram eliminados nas condições do art.º 10.º alinea e) dos Estatutos . . .	44
Falleceram . . .	4
	48
Ficam existindo em 31 de dezembro de 1904 . . .	238

Subsidios	
Foram aviadas para os socios e suas familias 1:085 receitas de medicamentos na importancia de réis . . .	495\$715
Os subsidios pecuniarios elevaram-se á somma de réis . . .	91\$550
Foram abonados subsidios para funeraes na importancia de . . .	16\$000
Abonaram-se subsidios para luto ás viúvas dos socios na importancia de . . .	25\$000
A somma dos medicamentos e subsidios abonados é pois de . . .	598\$265

Acha-se pendente de resolução do Conselho regional das Associações de Socorros Mutuos do Norte, um processo de reclamação de Francisca Alves Vieira, viúva do socio que foi d'esta Associação, Luiz Antonio Vieira, para pagamento dos subsidios de funeral e luto.

Continua.

COMPANHIA GERAL DE ELECTRICIDADE

Esta empresa leva ao conhecimento do publico as seguintes condições porque tem de regular-se o fornecimento da illuminação desde o 1.º de março proximo:

Assignatura annual. Aos que desejem assignatura n'esta conformidade installará a Companhia gratuitamente quantos elementos sejam necessarios para o numero de lampadas requisitadas mediante os preços de:

7\$800 rs. por cada lampada de 10 vélas.

10\$800 rs. por cada lampada de 16 vélas.

Entende-se como elementos necessarios os indispensaveis para a transmissão e divisão da luz, exceptuando-se tudo o mais que sirva d'ornato ou commodidade como aparatos, braços, tulipas, etc., que ficarão de exclusiva conta e responsabilidade do assignante.

O pagamento será por annuidade, adeantado; comprometendo-se, porém, a Companhia ao desconto dos dias em que deixe de utilizar-se o fluido, contanto que esse tempo seja de dez dias ou mais durante o anno.

Assignatura mensal. A installação será feita por conta do assignante, segundo os preços em vigor, cuja tabella lhe será previamente facultada.

Preço do fluido: 800 e 1\$000 reis por lampada de 10 e 16 velas respectivamente, cobrados por mensalidades vencidas.

Assignatura por contador. Se porpor conta do assignante a installação do contador e respectiva installação.

Preço do fluido 200 réis o Kil o-Watt.

Nota. Todas as lampadas, assignadas até ao primeiro de março do corrente anno de 1905 e quagora não soffram alteração, continuam a abonar-se segundo as condições estipuladas anteriormente, e assim como ficam exclusivas daquellas que, estando já installadas, não prestem serviço para as quaes vigoram todavia os preços da assignatura mensal meniconada, no dia em que o consumidor queira utilisal-os.

A companhia tambem previne que deixa de fornecer lampadas commentadas.

Espinho, 20 de Fevereiro de 1905.

OFFICINA

— DE —

PICHELEIRO E LATOEIRO

— DE —

Santos Silva & Irmão

Rua DE BANDEIRA COELHO N.º 77 — ESPINHO

Deposito de encanamentos de ferro e chumbo para installações de agua e gaz. Torneiras de todos os systemas para agua e gaz. Bacias e aparelhos para retretes. Bombas para poços, aspirantes e de pressão. **Gazometros para acetylene** os mais perfeitos e economicos, bicos e accessorios para os mesmos. Deposito de louça esmaltada para serviço de cozinha, etc.

Preços sem competencia

Ha pessoal habilitado para fazer installações para agua ou gaz tanto em Espinho, como nas provincias.

Photographia Evaristo

MEDALHA DE PRATA NA EXPOSIÇÃO NACIONAL DE PHOTOGRAPHIA DE LISBOA DE 1899

Avenida Serpa Pinto — (em frente á Estação)

ATELIERS DE PRIMEIRA ORDEM

Fazem-se com esmero todos os trabalhos photographicos, desde as miniaturas para medalha, até ás amplações em tamanho natural; tudo pelos mais modernos processos e por preços muito reduzidos.

Retrato Estampilha — Retrato Bilhete-Postal

TODAS AS NOVIDADES

Especialidade em retratos de creanças

PHARMACIA CENTRAL

— DE —

ALBERTO DELGADO

Rua Bandeira Coelho, 54

Rua do Norte, 118 a 122 — ESPINHO

PHARMACIA RÉZENDE

Largo de Nossa Senhora d'Ajuda N.º 3

ESPINHO

Aviam-se receitas a qualquer hora do dia e da noite, com o maximo escrupulo, asseio, promptidão e sob a direcção pessoal do proprietario da pharmacia.

TYPOGRAPHIA PENINSULAR

DE

Monteiro, Gonçalves & C.ª

N'esta bem montada officina typographica imprime-se com promptidão, nitidez e por preços excessivamente baratos todo e qualquer trabalho que se diga pertencente á arte typographica, taes como: facturas, mappas, recibos, envelopes, cartões de estabelecimentos, memorandums, circulares, obras de livros, jornaes diários e semanais e desde o simples e modesto cartão de visita a 150 réis o cento e mais preços. **Imprimem-se impressões em todas as cores.**

24 — RUA DE S. CHRISPIM 26

PORTO

(Com entrada pela Rua dos Mercadores 171)

Em Espinho

Encarrega-se de tomar conta de todas as encomendas o sr. Faustino d'Andrade, Passeio Alegre, 74,

COMPANHIA DE SEGUROS
SEGURANÇA DO PORTO

Sociedade anonyma de responsabilidade limitada

Capital 1.000.000\$000

Fundada em 1835

Toma seguros terrestres e maritimos

E' agente d'esta companhia nos concelhos de Espinho e Feira o ex.º sr. Antonio Montenegro dos Santos, notario em Espinho.

COLLEGIO PROGRESSO

Espinho — Rua do Norte 45 — Espinho

Reabre as suas aulas no dia 3 de Outubro.

Recebe alumnos, externos, internos e semi-internos.

A Directora

Rosa de Faro Vianna

CAIXÕES FUNERARIOS

E FLORES ARTIFICIAES

EXECUÇÃO PERFEITA E RAPIDA

Belmira Augusta de Souza Reis

Alugam-se fatos para anjinhos e comunhão — Preços modicos.

Rua Bandeira Neiva, 56 Espinho

MANTEIGA DE FIÃES

DA QUINTA DO DR. ELYSIO DE CASTRO

A melhor manteiga nacional, de esmerado fabrico e sabor excellente.

De puro leite, hygienica e substancial

DEPOSITOS:

Porto — Tabacaria Gonçalves: Rua Sá da Bandeira, 109. Mercaria Amaranthense: Defronte do Bolhão.

Coimbra — Cooperativa dos Empregados Publicos.

Lisboa — João da Fonseca Cruz: Rua de S. Julião, 182.

Espinho — Bazar Universal.

Vende-se em latas e boiões

HOTEL E RESTAURANTE

DO

CAFÉ CHINEZ

DE

José Fernandes do Lago

Praia d'Espinho

Aberto todo o anno. Proximo á estação.

Officina de picheleiro e latoeiro

DE

Francisco Aguiar Villela

101, Rua de S. Domingos, 403

PORTO

Deposito de encanamentos para installações de agua e gaz

Tubos de ferro simples e galvanizados de todas as dimensões e accessorios para os mesmos; tubos de chumbo, torneiras de valvula para pressão de agua da Companhia; aparelhos para latrinas, valvulas para bacias e bombas de pressão para poços de qualquer altura.

Fazem-se e collocam-se pára-raios. Installações, gazometros e bicos de todas as qualidades para gaz acetylene. Tem pessoal competentemente habilitado para assentamento dos encanamentos para agua ou gaz.

Encarrega-se de mandar operarios para assentamento de bombas e encanamentos para as provincias.

ALQUILARIA

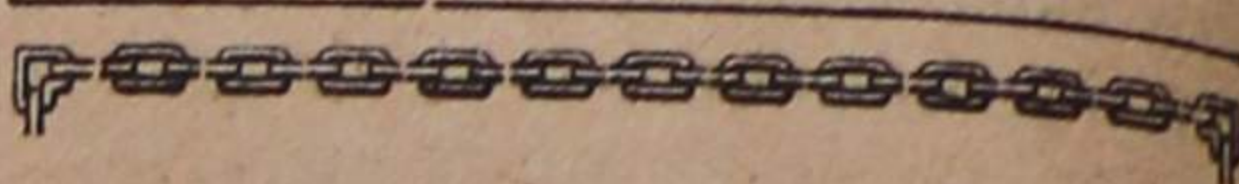
Joaquim Pereira Alves Ricardo, ex-cocheiro do Ex.º Sr. Luiz Ferreira Alves, participa que tem no largo da Senhora d'Ajuda, Espinho, em frente ao posto policial, trens de aluguer, para qualquer ponto de destino. Em Paços de Brandão podemos Ex.ºs freguezes fazer as suas requisições ao sr. Augusto Pinto Pereira Rosas. Esperando receber as ordens dos seus freguezes, a todos garante um bom serviço e modicidade de preços.

ARMADOR

Domingos Ferreira d'Oliveira Pinto do lugar da Igreja, freguezia de Silval, de, encarrega-se de armações para funeraes, festividades, etc..

Preços convidativos.

Em Espinho recebem-se encomendas na alfaiataria do sr. João Augusto da Silva, á rua do Cruzeiro, 119 e 121, onde se prestam todos os esclarecimentos necessários.



Agente das Companhias de Navegação

Para o Brazil e Africa

Vende passagens de 1.ª, 2.ª e 3.ª classe para o Pará, Manaus, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santos e mais portos do Brazil e para Africa.

Encarrega-se de solicitar passaportes e obter, no Porto e nas provincias, com toda a brevidade, todos os documentos necessarios para os mesmos, e bem assim de indicar gratuitamente aos reservistas a forma de poderem obter as suas licenças.

Para mais esclarecimentos, dirigir a

Antonio Dias Lopes

Rua de Santo Amaro n.º 41

Mattosinhos — (LEIXÕES)

Aguas da Curia

(Mogofores — Anadia)

SULFATADAS CALCICAS

Estabelecimento balneo-therapico a 2 kilometros da estação de Mogofores. Carros á chegada de todos os comboios. Hotel perto dos banhos.

Indicações. — Para uso interno: arthritismo, gotta, lithiase urica; lithiase biliar, engorgitamentos hepaticos, catarrhos viscaes, catarrho uterino.

Uso externo: em diferentes especies de dermatoses

A venda em garrafas de litro.

Preço... 200 réis



Fabrika de corôas

e flores artificiaes

LA VILLE DE PARIS

F. DELPORT, SUCCESSEURS EN C.ª

MARCA REGISTRADA

PORTO

Rua Sá da Bandeira, 249

Premiada com medalhas de ouro em todas as exposições a que tem concorrido

COROAS FUNEBRES

R

AMOS para altar.

Grande sortido de plantas para adorno. Flôr de laranja, e todos os apertos para flores.

DEPOSITOS NA PROVINCIA

COIMBRA — Manoel Carvalho

Largo do P. D. Carlos.

FIGUEIRA DA FOZ — José Neves Zuzarte

Praça de Camões.

SANTAREM — Fonseca & Souza.

BRAGA — Pinheiro & C.ª

GAZETA D'ESPINHO

ASSIGNATURAS

(PAGAMENTO ADIANTADO)

Cada anno, em todo o reino e colonias. 800 réis

Para os paizes estrangeiros accresce o porte do correio.

PUBLICAÇÕES

Annuncios e communicados — cada linha. 40 réis

Repetições. 20

(10 por cento de abatimento aos snrs. assignantes)